

Expediente

JORNAL DA ABONG

Presidente: Jorge Eduardo Saavedra Durão

Assessora de Comunicação: Helena Salem

Arte: CECIP

R. Vicente de Sousa, 24

Rio de Janeiro, RJ 22251-070

Tel: (021) 286.2979 • Fax: 286.0194

JORNAL C

Nº 4 Março de 1994

Jornal-Mun

Reunião do Conselho

O Conselho Executivo da ABONG se reuniu nos dias 3 e 4 de março, debatendo, entre outros pontos: a participação das ONGs na Campanha da Cidadania; a implantação de uma política de comunicação na ABONG; a conjuntura política e as ONGs em 94; os preparativos para a assembléia da ABONG em julho próximo (quando será eleita uma nova diretoria); o CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social) e a nova legislação que afeta as ONGs.

O Conselho admitiu as seguintes ONGs como novas filiadas da ABONG: Greenpeace do Brasil (sede no Rio), Escola de Formação Quilombo dos Palmares (Recife, PE), Associação para o Desenvolvimento da Intercomunicação (São Paulo), Centro de Assessoria e Estudos Urbanos - Cidade (Porto Alegre, RS), Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais - IEA (Curitiba, PR), Centro de Integração e Formação da Criança e do Adolescente (Cuiabá, MT). Com as novas filiações, a ABONG passa a ter 171 associadas.

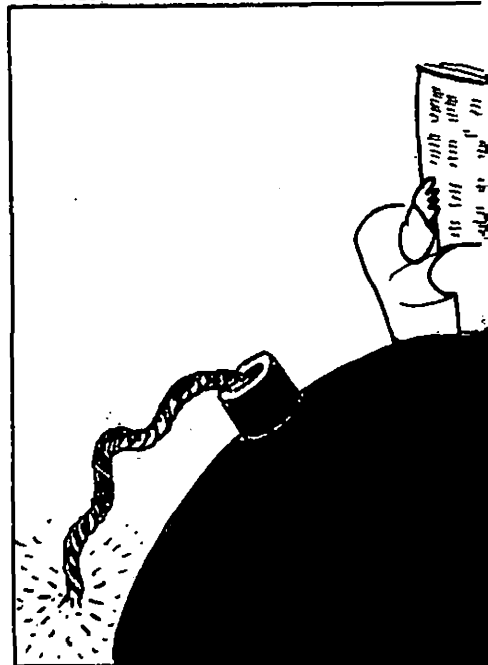
ABONG na C

Dada a importância central do tema para o trabalho de suas associadas, a ABONG está se empenhando para acompanhar desde o início o processo de preparação da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social, convocada pela ONU e que terá lugar em Copenhague de 6 a 12 de março de 1995. Será a quarta de uma série de cinco importantes conferências organizadas pelas Nações Unidas nos anos 90, todas elas estreitamente relacionadas entre si: Meio ambiente e Desenvolvimento (Rio-92); Direitos Humanos (Viena 93); População e Desenvolvimento (Cairo, 5 a 13 de setembro de 94); e a 4ª Conferência Mundial sobre Mulher (Beijing, 4 a 5 de setembro de 95).

Visando facilitar a participação de suas filiadas no processo preparatório da Cúpula Social, a ABONG compareceu oficiosamente no primeiro Comitê Preparatório (Prepcom) da conferência, na sede da ONU em Nova York, representada por Átila Roque e Jorge Eduardo Durão, respectivamente credenciados pelo Ibase e a Fase.

A ABONG acaba também de ser convidada pelo Itamarati a integrar, como observadora, o comitê nacional encarregado da preparação da

Claudius



AGENDA

• II Workshop "O papel da cooperação internacional no combate à fome e à miséria no Brasil", realização da ABONG e do Ministério das Relações Exteriores, 9 a 13 de maio

• Seminário do Serviço de Notícias da Mulher (SEM), 23 e 24 de maio, Rio

• Festival de Arte e Cultura sem Fronteiras, 8 a 17 de julho, Florianópolis

• Conferência Nacional de Segurança Alimentar, 18 a 24 de julho, Brasília

Bahia a mil

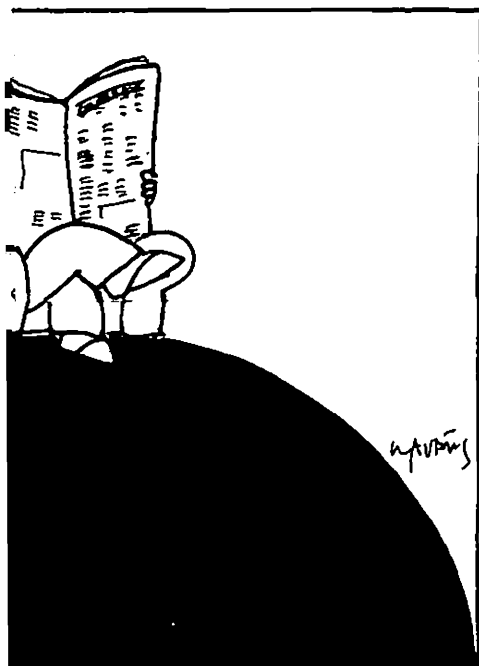
Um balanço do trabalho das ONGs baianas e a programação para os próximos meses foram os dois principais temas da reunião de dois dias (8 e 9 deste mês) do regional da ABONG-Bahia. Entre outros pontos, decidiu-se que a ABONG vai procurar coordenar e assegurar a realização de conferências municipais, como forma de preparar o debate para a

la ABONG

al da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais

Cúpula Social

participação oficial do Brasil nessa conferência de Chefes de Estado. Prevê-se a realização de três seminários sobre as questões centrais da agenda da Cúpula Social - redução da pobreza, aumento do emprego produtivo e integração social - com a participação de representantes governamentais e da sociedade civil, inclusive ONGs.



A crescente consciência mundial da gravidade e do caráter potencialmente explosivo da situação social, já agora não apenas nos países pobres e "em desenvolvimento", foi suficiente para levar governos e as Nações Unidas a convocarem esta conferência, mas, a julgar pelos debates no Prepcom, não há ainda evidências de uma vontade social na sua articulação com as questões mais conflitivas referentes a mudanças na ordem econômica internacional. Aparentemente, até mesmo o recente encontro do G-7 para discutir o problema do emprego terminou sem acordos efetivos entre os EUA,

a União Européia e o Japão. Cabe, por tudo isso, às ONGs investirem mais uma vez no processo dessa conferência, na articulação e no fortalecimento da "Sociedade Civil Planetária", para encontrarmos os verdadeiros caminhos do desenvolvimento social.

Jorge Eduardo Durão

NAS REGIÕES

Conferência de Segurança Alimentar, que terá lugar em julho em Brasília.

O encontro também resolveu fortalecer o coletivo da ABONG-Bahia, divulgando suas atividades e promovendo eventos de interesse comum das ONGs. Foi decidida ainda a divulgação de um boletim mensal com informações para as ONGs filiadas à ABONG baiana; e o estudo e divulgação de questões referentes à nova

Lei Orgânica de Assistência Social.

A próxima reunião da ABONG -Bahia será nos dias 7 e 8 de junho.

Cooperação e eleições

O Fórum Sul de ONGs vai ocorrer nos próximos dias 28 e 29 de abril, em Florianópolis, tendo como tema central a "Cooperação Internacional". Já o tema secundário, segundo seus organizadores, será "O Brasil e as eleições".

CNAS começa os trabalhos

O Conselho Nacional da Assistência Social (CNAS) foi, finalmente, empossado no início de fevereiro. Elegeu como presidente Aspásia Camargo e, como vice, Maria Carmelita Yazbech. Realizou sua primeira reunião nos dias 3 e 4 de março em Brasília. Nesta reunião, foi aprovado regimento interno do Conselho, eleito secretário executivo Raul Millier, escolhidos como assessores da presidência Japy Monteiro, Antônio Massarioli André e Cláudia Souto.

Foram também constituídas três comissões de trabalho (Conceitualização de Assistência Social, Regulamentação da Lei da Assistência Social - Loas -, e Reordenamento Institucional), que deverão apresentar os seus resultados na próxima reunião do Conselho, a ser realizada nos dias 7 e 8 de abril.

Um dos pontos mais polêmicos continua sendo a extinção do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), em 6 de abril, conforme determina a Lei. As pressões vêm de todos os lados, são milhares de pendências, resistências e diferentes opiniões sobre a solução de continuidade. O CNAS apenas iniciou suas atividades e já é cobrado, insistentemente, por ONGs que querem seus registros, prestações de contas devidas ao CNSS, etc etc.

Há uma imensa predisposição da ampla maioria dos integrantes do CNAS em fazer avançar ao máximo este processo.

Vandealdo Nogueira
Centro de Cultura Luís Freire

INFORME ONG

Debate com a imprensa

O Serviço de Notícias da Mulher (SEM) vai realizar, com o apoio da ABONG, um seminário nos dias 23 e 24 de maio, no Iser, no Rio, sobre as questões que serão discutidas na Conferência sobre População e Desenvolvimento, que ocorrerá em setembro próximo, no Cairo, promovida pelas Nações Unidas. O seminário pretende oferecer aos jornalistas uma perspectiva crítica em relação aos temas da Conferência do Cairo.

Entre os participantes, figuram: Ernesto Rubarth, assessor do Itamarati; Elza Berquó, demógrafa do Cebrap; Jacqueline Pitanguy, socióloga e diretora da CEPIA; e Júnia Nogueira de Sá, *ombudswoman* da Folha de São Paulo. Um seminário semelhante será organizado agora também na Cidade do México e, em agosto, num país da América Central. O SEM é uma agência de notícias não-governamental, com sede na Índia. Seu foco de interesse são as questões ligadas ao desenvolvimento, a partir de uma perspectiva feminina. Com coordenações regionais na América Latina, Caribe, Sudeste Asiático e África, além de escritórios da Holanda, Itália e Estados Unidos, o SEM produz cerca de 150 reportagens por ano e uma revista bimensal intitulada *Mujeres*.

Workshop

Itamarati/ABONG

Aconteceu no Rio, entre os dias 7 e 8 de março, o primeiro workshop de representantes do Ministério do Exterior e da ABONG, para debater "O papel da cooperação internacional no combate à fome e à miséria no Brasil". O workshop contou com a participação de membros do Itamarati - representado pelo Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica -, Ipea, IBGE, ABONG e diversas ONGs, como Ibase, Fase, Iser, Idac, Cebrap, Cedi, entre outras. O objetivo da reunião foi preparar a realização de um Seminário sobre a Cooperação Internacional e o Combate à Fome e Miséria no Brasil, no

segundo semestre. Os temas em discussão foram: o desenvolvimento humano, conceito, indicadores e sua aplicabilidade no contexto brasileiro; e parâmetros para uma avaliação de programas de cooperação internacional no Brasil. Foi a primeira vez que o Ministério do Exterior e a ABONG promoveram uma atividade conjunta desse nível, que deverá se repetir em maio próximo, com a realização do segundo workshop.

ONG se multiplica

O Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi) anuncia que, em assembléia geral ordinária realizada em fevereiro último, decidiu se dividir em quatro ONGs independentes, a se constituírem ainda este ano. São elas: Koinonia (núcleo ecumênico, que ficará com a revista *Tempo e Presença*), Centro de Referências Socio-ambientais, Educação (ainda sem nome) e Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Sociedade. "Encerramento com multiplicação", assim qualificou sua principal decisão a assembléia do Cedi, que tem sedes no Rio e São Paulo e em 94 completa 20 anos de existência.

Corte pela raiz

O Movimento pela Ética na Política, em Pernambuco, resolveu atuar em uma nova frente: a fiscalização eleitoral. O objetivo é "cortar o mal pela raiz", ou seja, apontar para a população quais são os políticos e/ou candidatos que utilizam a máquina pública ou o poder econômico para propaganda eleitoral antes do prazo. Diversas denúncias já foram feitas em documentos do movimento, alertando e procurando mobilizar a população contra esses atos, que incluem, por exemplo, a distribuição de cadernos escolares e cartazes com propaganda política dos senadores Ney Maranhão e Mansueto de Lavor.

Os pernambucanos estão empenhados em se articular com as ONGs de outros estados que trabalham no mesmo sentido.

DICAS

• Foi inaugurada este mês a Biblioteca Paulo Freire, do Centro de Educação e Cultura Popular (CECUP), de Salvador, Bahia, que dedica importante espaço às publicações das ONGs. Quem quiser consultar ou contribuir para a biblioteca, o endereço é: Rua Chile 22, Centro, Salvador, Cep 40020-000, Bahia.

• A Fundação Fé e Alegria está oferecendo Curso Básico de Formação de Educadores Populares na área da Criança e do Adolescente, entre abril e novembro deste ano. Inscrições até o dia 13/4, na R. São Clemente 226, Rio, tel: (021) 537.2621 e 266.3499.

• O Centro de Estudos e Ação Social Urbano de Pernambuco anuncia que realiza trabalho de assessoria aos grupos de pequena produção associativa (setor informal), "na tentativa de contribuir para melhorar a eficiência do negócio econômico e estimular a participação democrática". O endereço é: R. Gervásio Pires, 741, Boa Vista, Recife, tel: (081)222.3808.

REVISÃO CON

Diversos setores da sociedade civil, e com eles as ONGs, posicionaram-se contra, neste momento, a revisão da Constituição de 1988, por considerar que esta sequer se encontra ainda completamente regulamentada e, também, porque os escândalos da Comissão do Orçamento teriam abalado a credibilidade do Congresso Nacional para proceder ao processo revisional. No entanto, apesar das objeções, a revisão constitucional tornou-se uma realidade concreta, colocando para a sociedade civil o inevitável desafio, mais uma vez, de tentar interferir (como ocorreu nos anos 86/87) para evitar eventuais retrocessos e obter ainda novos avanços. O JORNAL DA ABONG consultou algumas ONGs associadas, em diferentes áreas, buscando traçar um pequeno panorama de como as organizações não-governamentais procuram influir no processo de revisão da Carta de 1988.

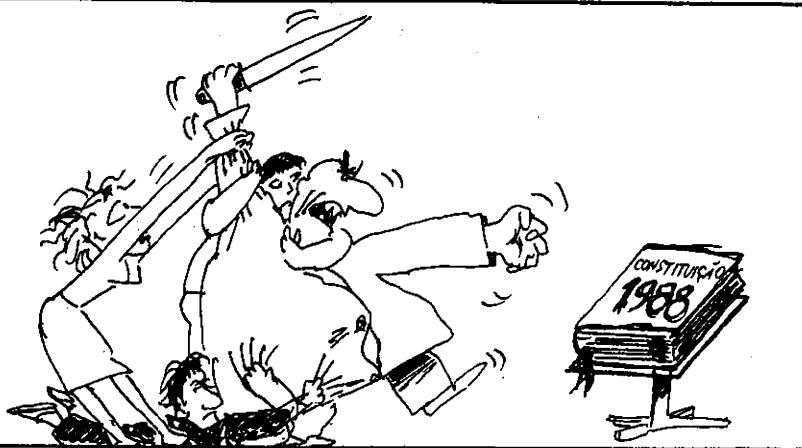
Reforma urbana

A sociedade brasileira viveu, nos anos de 1986 e 87, um processo de mobilização em torno da possibilidade de introduzir emendas à Constituição que estaria sendo elaborada e promulgada em 1988. Particularmente no campo da Reforma Urbana, houve avanços com a introdução do capítulo de Política Urbana, incluindo um conjunto de instrumentos que normatizam o uso e ocupação da terra nas cidades. Cinco anos passados da promulgação da Carta, muitos desses princípios ainda não foram regulamentados, como, por exemplo, a Lei de Desenvolvimento Urbano (5788/90) que disciplina, entre outras coisas, a função social da propriedade.

Apesar de discordarem do atual processo de revisão constitucional, as entidades e movimentos que compõem o Fórum Nacional de Reforma Urbana avaliam que é importante participar dos trabalhos, a fim de preservar os princípios já consolidados em lei. Assim, a participação do Fórum tem-se dado através do acompanhamento das emendas apresentadas ao Congresso Revisor, buscando garantir,

INSTITUCIONAL: É POSSÍVEL INTERFERIR?

Claudius



por intermédio dos parlamentares comprometidos com os interesses populares, que não sejam suprimidos os artigos referentes às nossas históricas reivindicações.

(Associação Nacional do Solo Urbano - ANSUR)

As questões indígena e ambiental

A Carta de 1988 significou um grande acordo acerca dos direitos indígenas, constituindo-se um dos poucos, senão o único, ponto a merecer 497 votos, quase a unanimidade dos constituintes. As propostas revisionais apresentadas, em geral, contrariam a Carta de 88 pelos seguintes motivos:

- 1) procuram impedir a demarcação das terras indígenas em faixa de fronteira;
- 2) pretendem fazer uma revisão em todas as demarcações já existentes;
- 3) transferem do Executivo para o Congresso Nacional competência sobre procedimento administrativo de demarcação de áreas indígenas;
- 4) transferem da União para os Estados competências relativas às terras e demais direitos indígenas; e
- 5) suprimem do texto constitucional a exigência de que a exploração de minérios em terras indígenas ocorra sob condições específicas a serem definidas em lei.

No presente momento temos indicativos, através de encontros promovidos com o relator, deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) e entidades indigenistas, de que não haverá mudanças nos capítulos 231 e 232 referentes aos índios. Os pontos mais

preocupantes, em verdade, estão localizados nos artigos incluídos na Ordem Econômica da Constituição Federal e, mais precisamente, na questão da exploração mineral, ou seja, o artigo 176, parágrafo primeiro, e o artigo 174, parágrafos terceiro e quarto. As entidades de apoio e as lideranças indígenas do Fórum de Defesa dos Direitos Indígenas, que vêm acompanhando o processo revisional, trabalham no sentido de encontrar uma proposta possível para ser absorvida pelo relator.

Já na questão ambiental, o processo de discussão é mais complexo e bem mais amplo. O ponto que vem sendo debatido, e já definido em documento entregue a Nelson Jobim, aborda a forte tendência à descentralização da questão ambiental. A simples passagem das atribuições e competências da União para os Estados e Municípios, visando maior eficácia na aplicabilidade, pode ser um golpe fatal. As estruturas políticas locais, em geral, não se apresentam de forma transparente nem se caracterizam por processos democráticos. Ao contrário, a experiência na área ambiental e indígena indicam que, se retiradas do âmbito federal, caem no poder das oligarquias locais, quase nunca alinhadas com as teses defendidas pelo setor sócio-ambiental.

A legislação brasileira é bastante avançada no entendimento da proteção ambiental como um sistema, expresso através do Sistema Nacional de Meio Ambiente, na metodologia do funcionamento do CONAMA e no Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Se não funcionam, é porque vivem as mesmas crises

econômicas, os atrasos e a desestruturação da esfera pública do país. Os Estados não têm melhores condições financeiras e recursos humanos do que a União para a proteção ambiental.

O relator da revisão constitucional, em conversa pública com as entidades sócio-ambientalistas, se comprometeu a não tocar nos direitos consagrados na Constituição. Entretanto, uma série de mudanças vêm sendo propostas pelo sub-relator, Fábio Feldmann (PSDB-SP), que também tem trabalhado no sentido de melhorar o texto constitucional. Não se sabe, porém, até onde a revisão chegará e que correlação de forças as questões indígena e ambiental terão no momento do voto.

(Instituto de Estudos Sócio-Econômicos - INESC)

Direitos Humanos e Mulheres

De acordo com a REVI - Rede do Movimento de Mulheres para a Revisão, que congrega mais de 70 ONGs e está acompanhando o processo de revisão, 23 propostas revisoras pretendem, entre outros pontos, acabar com a diferença de cinco anos entre a aposentadoria de homens e mulheres por tempo de serviço e por idade, prevista na atual Constituição. "Esta diferenciação visa compensar a mulher pela dupla jornada de trabalho", explica a assistente social Silvane Magali, da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos.

Questões como o aborto e licença maternidade também correm risco de retrocesso, pois setores conservadores querem criminalizar o aborto mesmo nos casos garantidos em lei (gravidez por estupro e risco de vida à gestante). A licença maternidade de 120 dias poderá ser reduzida para 60 ou até 45 dias e a licença paternidade poderá ser abolida, propostas que vão de encontro aos interesses da maioria dos empresários. A REVI procura influir para impedir esse retrocesso.

(Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos - SMDDH)